# Democracia, dissenso e espaço público

POR HELOISA ALEXANDRE CIZESKI

© HELOISA ALEXANDRE CIZESK

¶ ATUALMENTE, EM MEIO ÀS CRISES que se desenrolam nos mais diversos setores da sociedade, crise econômica, política, social, ambiental, vivemos um cenário de constante instabilidade. Em especial no Brasil, com uma governança que não cumpre de forma minimamente satisfatória suas funções e, ainda, atua como mais um vetor de desestabilização com suas ações contrárias aos interesses e bem-estar da população geral. Manchetes que denunciam uma "ameaça à democracia" se tornaram mais comuns recentemente. Discursos políticos que atacam os direitos constitucionais conquistados ao longo dos anos propagam ideais antidemocráticos e colocam em risco nossos direitos fundamentais. Evidências da fragilidade do regime democrático, não só no Brasil, mas também nos países que passam por um levante da extrema-direita, são aspectos característicos da crise política em que estamos mergulhados. Ainda estamos em um regime democrático?

Diante da situação atual, em que o próprio entendimento acerca da democracia é questionado, faz-se necessário refletir sobre os processos de conformação da sociedade contemporânea e revisitar os conceitos fundamentais de nossa construção social. Este ensaio pretende estabelecer algumas relações importantes entre democracia e espaço público, entendendo algumas das transformações sociais que contribuíram para a configuração do cenário atual, as expressões democráticas contemporâneas e quais os caminhos possíveis com vistas a um futuro mais equitativo.

Para Brash (2019), legitimidade e espaço público são precondições da democracia. A noção de legitimidade, por essência, dinâmica, múltipla e contestada, é a constante discussão sobre o que é ou não legítimo e é, sobretudo, a "pedra angular" da democracia. O espaço público, além de expressão física da democracia, já que é o espaço que possibilita o encontro dos cidadãos, evidencia outras preocupações democráticas para além de sua fisicalidade: questões como inclusão e diversidade, direito à cidade, acessibilidade, desigualdade social e econômica, questões que colocam em xeque quais são os grupos que têm ocupado espaço dentro da cidadania democrática e que acabam por definir as formas como a cidade é compreendida e vivida. Assim, o espaço público teria um duplo caráter, ao mesmo tempo que é veículo para reivindicação da legitimidade, servindo como meio para a legitimidade ser construída e desafiada, é também necessário que o próprio espaço seja legitimado em relação às noções de democracia.

A relação democracia - espaço público – legitimidade é enfatizada por Deutsche (1996 *apud* BRASH, 2019, p. 115, tradução nossa): "o que é reconhecido no espaço público é a legitimidade do debate sobre o que é legítimo e o que é ilegítimo". Sendo assim, o que torna um espaço público democrático é seu papel

enquanto local para conflitos entre projetos legitimadores, que estão em constante desacordo e disputa, possibilitando diálogo e choque de ideias divergentes que se encontram em um lugar comum. Mais temido, portanto, deveria ser a ausência do dissenso. Conceituações rígidas e excludentes sobre a legitimidade, como a noção de que o poder estatal serve um único papel legítimo, impulsionam populismos autoritários contemporâneos. Assim, para os autores Deutsche (1996) e Brash (2019), tentativas de unificação de processos distintos, buscando alcançar uma homogeneidade, e a resolução desses conflitos são o que ameaçam a democracia. A legitimidade democrática da divergência deve ser reconhecida e incorporada como um sinal positivo.

Na contramão da valorização do dissenso, vemos a configuração de uma sociedade que busca encontrar e estabelecer vínculos entre iguais ao passo que rejeita o diferente. Sennett (1989) aponta que um dos aspectos das transformações sociais e espaciais da contemporaneidade é a perda da civilidade. Para o autor, passamos por um processo de perda da capacidade de interação com outro de forma positiva, causado, principalmente, pelo medo crescente da intervisibilidade com estranhos. Assim, passamos a desaprender as formas e mecanismos de convívio e interação com aqueles que são estranhos, desconhecidos, imprevisíveis. A falta de capacidade de arranjar-se diante de um outro que é díspar se transforma em medo e aversão a este, gerando, então, uma repulsa ao diferente. Se a civilidade, enquanto pressuposto para exercício da democracia, não é exercida, nossa capacidade de configuração de espaços públicos é significativamente reduzida, logo, os espaços acabam por se tornar homogêneos e excludentes, colocando em questão a própria legitimidade destes.

Desse modo, evidencia-se a contraposição existente entre homogeneização e espaços democráticos. A supressão do dissenso e conflito como parte fundamental da constituição de espaços públicos democráticos são a grande ameaça à democracia. Incentivar a pluralidade e o embate de ideias, num sentido contrário à pacificação e unificação do pensamento coletivo, reforçaria em si a essência da democracia.

Se visamos à construção de uma sociedade justa e equitativa, na qual parte-se do pressuposto da existência de diferentes realidades e de condições particulares a cada indivíduo e, ainda, em que visamos criar iguais possibilidades de acesso a todos, é essencial aceitar as diferenças de cada grupo e corpo social e também saber interagir e dialogar com essas especificidades. Portanto, faz-se fundamental reivindicar a existência de espaços públicos que possibilitem o encontro entre os diferentes e, sobretudo, prezem pela presença constante e essencial da divergência de discursos e ideias. Assim poderemos assegurar a manutenção da democracia enquanto meio possível para a construção conjunta de futuros mais dignos, equitativos e justos para todos. ⨯

HELOISA ALEXANDRE CIZESKI É ARQUITETA E URBANISTA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM), MESTRANDA EM TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO PELO IAU-USP, PESQUISADORA DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO AMBIENTE URBANO CONTEMPORÂNEO (LEAUC), ATUANTE NO EIXO DE PESQUISA CONFORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS. INTEGRANTE DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO DO IAU-USP, DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CICLO DE CINEMA E DEBATE URBANICIDADES, DO BRCIDADES NÚCLEO MARINGÁ, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUANDOS USP-SÃO CARLOS (GESTÃO 2022-2023) E EDITORA DA REVISTA *POSTO68*.

REFERÊNCIAS

BRASH, J. Public Space, Legitimacy and Democracy. In *Urbanities*, vol.09 supplement 02, p.111-118. International Urban Symposium, 2019.

DEUTSCHE, R. 1996. *Evictions: Art and Spatial Politics.* Cambridge, MA: MIT Press.

SENNET, R. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo. 2ª. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.